

BMW LEASING DO BRASIL S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL

CNPJ nº 60.872.983/0001-88



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras dos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013			
(Em milhares de reais)			
	2014	2013	
ATIVO			
CIRCULANTE	36.303	24.567	
Disponibilidades	199	336	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	33.782	21.851	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	33.782	21.851	
Operações de arrendamento mercantil	(250)	(460)	
Arrendamentos a receber - Setor privado	4.264	4.264	
(-) Rendas a apropriar - Arrendamento mercantil	(1.495)	(4.207)	
(-) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(287)	(517)	
Outros créditos	2.554	2.758	
Diversos	2.554	2.758	
Outros valores e bens	18	82	
Despesas antecipadas	18	82	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	12.767	14.552	
Operações de arrendamento mercantil	(181)	(244)	
Arrendamentos a receber - Setor privado	945	1.984	
(-) Rendas a apropriar - Arrendamento mercantil	(945)	(1.984)	
(-) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(181)	(244)	
Outros créditos	12.944	14.775	
Diversos	12.944	14.775	
Outros valores e bens	4	21	
Despesas antecipadas	4	21	
PERMANENTE	39.599	94.381	
Imobilizado de uso	39.599	94.381	
Bens arrendados	34.217	89.116	
(-) Depreciações acumuladas	(20.499)	(45.977)	
Superveniência de depreciação	25.881	51.242	
TOTAL DO ATIVO	88.669	133.500	
PASSIVO			
CIRCULANTE	24.412	57.884	
Outras obrigações	24.412	57.884	
Fiscais e previdenciárias	628	640	
Provisão para imposto de renda diferido	4.651	8.190	
Credores por antecipação de valor residual	18.900	48.314	
Diversas	233	740	
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	14.835	27.838	
Outras obrigações	14.835	27.838	
Fiscais e previdenciárias	299	283	
Provisão para imposto de renda diferido	1.819	4.621	
Credores por antecipação de valor residual	11.952	22.781	
Diversas	765	153	
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	18	2	
Resultado de exercícios futuros	18	2	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	49.404	47.776	
Capital social	-	-	
De domiciliados no País	35.682	35.682	
Reserva de lucros	13.722	12.094	
Reserva legal	1.051	970	
Reservas especiais de lucros	11.447	9.146	
Lucros (prejuízos) acumulados	1.224	1.978	
TOTAL DO PASSIVO	88.669	133.500	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013			
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)			
	2014	2013	
	1º Semestre	1º Semestre	
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	18.776	17.044	
Operações de arrendamento mercantil	17.052	16.466	
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.724	578	
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(16.118)	(13.792)	
Operações de captações no mercado	(17)	(3)	
Operações de arrendamento mercantil	(16.072)	(13.717)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(29)	(72)	
RESULTADO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	2.658	3.252	
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(863)	248	
Outras despesas administrativas	(539)	(998)	
Despesas de pessoal	(62)	(746)	
Despesas tributárias	(176)	(236)	
Outras receitas operacionais	114	2.416	
Outras despesas operacionais	(200)	(188)	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	1.795	3.500	
SOBRE O LUCRO			
Provisão para imposto de renda	457	857	
Provisão para contribuição social	(216)	(192)	
Ativo fiscal diferido	(748)	(2.083)	
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	1.288	2.082	
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE POR AÇÃO - EM R\$	0,0476	0,0769	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)			
	1º Semestre 2014	1º Semestre 2013	
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período	1.288	2.082	
Ajustes ao lucro líquido	15.306	27.879	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29	72	
Depreciações e amortizações	5.165	13.563	
Superveniência de depreciação	9.301	14.388	
Impostos diferidos	748	2.083	
Provisão para contingências	63	(2.227)	
Variações Patrimoniais	(17.319)	(31.169)	
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	(61)	(39)	
(Aumento) Redução em outros créditos	5.392	6.017	
(Aumento) Redução em outros valores e bens	108	108	
(Aumento) Redução em outras obrigações	(22.680)	(37.251)	
(Aumento) Redução em resultado de exercícios futuros	4	(4)	
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais	(725)	(1.208)	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Imobilizado de arrendamento mercantil	3.972	16.178	
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimentos	3.972	16.178	
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.247	14.970	
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	30.734	7.217	
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	33.981	22.187	
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.247	14.970	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013				
(Em milhares de reais)				
	Capital social	Reserva legal	Reservas especiais de lucros	Lucros acumulados
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	35.682	866	9.146	2.082
Lucro líquido do semestre	-	-	-	2.082
Destinações do lucro:				
Reserva legal	-	104	-	(104)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	35.682	970	9.146	4.776
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	104	-	-	1.978
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	35.682	987	11.447	48.116
Lucro líquido do semestre	-	-	-	1.288
Destinações do lucro:				
Reserva legal	-	64	-	(64)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	35.682	1.051	11.447	49.404
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	64	-	1.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013						
(Em milhares de reais)						
	Indústria	Comércio	Outros Serviços	Pessoa Física	Total	% Provisão
1. Contexto operacional - A BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil é uma Sociedade pertencente ao "Grupo BMW", decorrente da aquisição da CM Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, anteriormente controlada pelo Banco Chase Manhattan S.A. A aquisição foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 17 de março de 1999. A Sociedade concentra suas atividades no arrendamento mercantil de consumidores finais de veículos e motos, na modalidade de Leasing Financeiro. 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras - As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pela Lei no. 11.638/07 e pela Lei no. 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Entre 2008 e 2013, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a Sociedade, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo Conselho Monetário Nacional - CMN: a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; d) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; e) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; f) CPC 24 - Eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; h) CPC Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. As demonstrações financeiras foram aprovadas em 22 de agosto de 2014. 3. Principais práticas contábeis - a) Auração dos resultados - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As rendas de operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. b) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelas disponibilidades e valores recebidos referentes aos pagamentos de parcelas e liquidações de contratos que são disponibilizados no 1º dia útil do mês subsequente e, aplicações financeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor. c) Operações de arrendamento - As operações de arrendamento a receber são demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos. As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais e são apropriadas a rendas efetivas nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84. O ajuste financeiro da carteira de arrendamento mercantil foi calculado em conformidade com os critérios do Banco Central do Brasil - BACEN, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno dos contratos, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável. d) Ativos circulante e realizável a longo prazo - São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável. e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) - As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao risco das operações, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e a liquidez do tomador de crédito e, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda provável. As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Com relação ao período de atraso verificado nas operações de crédito com prazo a vencer superior a 3 anos, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. f) Imobilizado de arrendamento - Está registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, e ajustado pela superveniência/insuficiência de depreciação. A depreciação é calculada às taxas permitidas pela legislação fiscal, acelerada em 30%, conforme critérios estabelecidos pela Portaria MF nº. 140/84, quando aplicável. O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual, em favor do arrendador. O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto do arrendamento. g) Passivos circulante e exigível a longo prazo - São demonstrados por valores captados, conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos. h) Resultado de exercícios futuros - Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não há quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo. i) Estimativas contábeis - A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de arrendamento mercantil para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões, avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, trimestralmente, exceto para a realização do crédito tributário que é revisado semestralmente. j) Contingências - Para a constituição de provisão para passivos contingentes, adota-se critério de classificação das contingências em remotas, possíveis e prováveis, em conformidade com o CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A possibilidade de ocorrência de perda é calculada por avaliação jurídica e a constituição se dá pelo valor das contingências classificadas como prováveis ou obrigações legais, dispensando o aporcionamento das contingências classificadas como possíveis e remotas. k) Lucro líquido por ação - É calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas dos balanços.						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013						
(Em milhares de reais)						
	Indústria	Comércio	Outros Serviços	Pessoa Física	Total	% Provisão
2. Composição da carteira de arrendamento mercantil por vencimento:						
	2014	2013				
Parcelas em curso normal:						
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	1.861	5.370				
De 91 até 360 dias	3.331	10.145				
Acima de 360 dias	3.388	7.420				
Subtotal	8.580	22.935				
Parcelas vencidas:						
De 15 a 180 dias	151	156				
De 180 a 360 dias	14	67				
Subtotal	165	223				
Total	8.745	23.158				
c. Movimentação da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:						
Saldo em 31/12/2012	755					
Constituições	244					
Reversões	(172)					
Baixas	(66)					
Saldo em 30/06/2013	761					
Saldo em 31/12/2013	492					
Constituições	88					
Reversões	(59)					
Baixas	(53)					
Saldo em 30/06/2014	468					
	2014	2013				
Baixas para prejuízo	(53)	(66)				
Renegociações	-	413				
Recuperações	121	62				
d. Concentração dos maiores devedores:						
	2014	2013				
10 maiores clientes	4.225	48,32%	5.104	22,04%		
50 seguintes maiores clientes	2.866	32,78%	5.435	23,47%		
100 seguintes maiores clientes	1.596	18,25%	5.606	24,21%		
Demais clientes	58	0,65%	7.013	30,28%		
Total	8.745	100,00%	23.158	100,00%		
e. Resultado de operações de arrendamento mercantil						
	1º Sem.2014	1º Sem.2013				
Rendas com contraprestações	15.327	30.584				
Lucro na alienação de bens arrendados	26	210				
Superveniência(+)/ Insuficiência de depreciação	1.583	(14.389)				
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	116	61				
Outros	-	-				
Total	17.052	16.466				
6. Imobilizado de arrendamento e perdas em arrendamento a amortizar - Visando atender ao regime de competência, a Sociedade reverteu a provisão para superveniência de depreciação, durante o 1º semestre de 2014, no valor de R\$ 9.301 (R\$ 14.388 no 1º semestre de 2013), equivalente ao ajuste a valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação. O saldo acumulado de superveniência de depreciação é de R\$ 25.881 (R\$ 35.182 no 1º semestre de 2013) e gerou, no semestre, uma reversão na provisão para imposto de renda diferido de R\$ 2.326 (R\$ 3.598 no 1º semestre de 2013). O imposto de renda diferido é calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.						

Máquinas e equipamentos			
	2014	2013	
Máquinas e equipamentos	1.100	1.363	
Veículos e afins	33.094	87.633	
Superveniência de depreciação	25.881	51.242	
Subtotal	60.075	140.238	
Perdas em arrendamento a amortizar	139	274	
Depreciações e amortizações acumuladas	(20.615)	(46.131)	
Total	39.599		

